

## RELATÓRIO SEMESTRAL DE DILIGÊNCIA E VERIFICAÇÃO DE LASTRO

## sumário

|                                                           |           |
|-----------------------------------------------------------|-----------|
| <b>1. INTRODUÇÃO</b>                                      | <b>3</b>  |
| <b>1.1. SOBRE O IPC</b>                                   | <b>3</b>  |
| <b>1.1.1. PRÓ-GESTÃO</b>                                  | <b>3</b>  |
| <b>1.2. CONTEXTO ECONÔMICO</b>                            | <b>4</b>  |
| <b>1.3. REGULAMENTAÇÃO UTILIZADA</b>                      | <b>5</b>  |
| <b>2. DA CARTEIRA DE INVESTIMENTOS</b>                    | <b>6</b>  |
| <b>2.1. COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA</b>                        | <b>7</b>  |
| <b>2.2. ACOMPANHAMENTO DE RENTABILIDADE</b>               | <b>12</b> |
| <b>3. ANÁLISE DAS INSTITUIÇÕES</b>                        | <b>14</b> |
| <b>3.1. VOLUME DE RECURSOS SOB ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO</b> | <b>14</b> |
| <b>3.2. QUALIDADE DE GESTÃO E RATINGS</b>                 | <b>15</b> |
| <b>4. ANÁLISE DOS RISCOS</b>                              | <b>16</b> |
| <b>4.1. RISCO DE MERCADO</b>                              | <b>16</b> |
| <b>4.2. RISCO DE LIQUIDEZ</b>                             | <b>16</b> |
| <b>4.3. RISCO DE SOLVÊNCIA</b>                            | <b>17</b> |
| <b>5. CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>                            | <b>17</b> |

## 1. INTRODUÇÃO

O Relatório Semestral de Diligência e Verificação de Lastro tem como objetivo evidenciar o acompanhamento das principais informações dos ativos presentes na carteira do **Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Município de Cariacica - IPC**, em atendimento à regulamentação referente à gestão dos recursos dos Regimes Próprios de Previdência Social - RPPS, em especial a Resolução CMN nº 4.963/2021 e a Portaria MTP nº 1.467/2022.

Além disso, também foi considerada a Política de Investimentos vigente para o ano de 2025. Conforme preconiza o art. 1º da Resolução CMN nº 4.963, procurou-se demonstrar que foram atendidos os princípios de segurança, rentabilidade, solvência, liquidez, motivação, adequação à natureza de suas obrigações e transparência, e que as atividades foram desenvolvidas com boa-fé, lealdade e diligência, além de ter seguido os mais elevados padrões éticos e de conduta.

O Relatório Semestral de Diligência e Verificação de Lastro utilizará como base para as análises a posição da carteira referente ao fim do mês de junho de 2025. A partir disto, serão analisados “critérios referentes às instituições investidas”, nos quais serão analisados itens em relação aos prestadores de serviço de administração e gestão dos fundos em carteira e “critérios referentes aos ativos investidos”, em que serão analisadas informações como composição da carteira e risco dos fundos, além do retorno consolidado da carteira do IPC e dos fundos individualmente.

### 1.1. SOBRE O IPC

O IPC é uma Autarquia Municipal responsável pela Gestão do Regime Próprio de Previdência dos Servidores Municipais de Cariacica, criada pela Lei Complementar Municipal nº 02/1994, composta por servidores ativos e inativos pertencentes ao quadro de provimento efetivo. Por meio da Lei Complementar Municipal nº 12/2006 foram instituídos os fundos Financeiro e Previdenciário, com o objetivo de garantir o pagamento das futuras aposentadorias e pensões.

O IPC foi criado para cumprir o que determina o artigo 40 da Constituição Federal, que assegura a todos os servidores em cargo efetivo um Regime Próprio de Previdência com a finalidade de garantir os recursos para cobrir os benefícios previdenciários de cada servidor público vinculado ao Regime Próprio de Previdência Social de Cariacica.

#### 1.1.1. PRÓ-GESTÃO

O IPC aderiu ao programa Pró-Gestão, obtendo a certificação de nível III em 10 de maio de 2019, posteriormente renovada em 5 de julho de 2022 e novamente em 2 de julho de 2025. Com essa certificação, o Instituto passou a atender integralmente aos requisitos estabelecidos pela antiga Portaria MPS nº 519/2011 e pela Portaria MTP nº 1.467/2022, sendo enquadrado como investidor qualificado. Esse enquadramento possibilita o acesso a fundos destinados a esse perfil de investidor e a ampliação de determinados limites para aplicações, conforme previsto na Resolução CMN nº 4.963/2021.

## 1.2. CONTEXTO ECONÔMICO

O primeiro semestre de 2025 foi marcado por um ambiente econômico desafiador, tanto no Brasil quanto no exterior. No cenário doméstico, a política monetária manteve-se restritiva, com a taxa Selic elevada a 15% ao ano, em resposta à inflação persistente e às expectativas desancoradas. Segundo o relatório, o IPCA acumulou alta de 5,35% em 12 meses até junho, superando o centro da meta de 3% definida pelo Conselho Monetário Nacional e o intervalo de tolerância de 1,5 p.p. O desvio persistente da inflação em relação ao objetivo central reforça a necessidade de uma política monetária contracionista por período prolongado.

Apesar do cenário de juros altos, a atividade econômica seguiu aquecida. O IBC-Br registrou crescimento acumulado de 4,18% em 12 meses até maio, e a taxa de desemprego medida pela PNAD Contínua caiu para 6,2%, o menor patamar da série histórica para o período. O mercado de trabalho aquecido sustenta o consumo das famílias, mas também contribui para pressões inflacionárias, exigindo cautela na condução da política monetária.

O quadro fiscal permanece frágil e segue como um dos principais pontos de atenção. Apesar de o setor público consolidado ter registrado superávit primário de 0,20% do PIB em 12 meses, o resultado nominal alcançou -7,58% do PIB, pressionado pelo elevado custo do serviço da dívida. Além disso, a Instituição Fiscal Independente (IFI) projeta resultados primários negativos até 2035 mesmo no cenário mais otimista, reforçando os riscos de sustentabilidade fiscal.

No câmbio, o real apresentou valorização de 12% frente ao dólar no primeiro semestre, impulsionado pelo elevado diferencial de juros entre Brasil e Estados Unidos — 10,50 p.p. — e pelo fluxo de capital estrangeiro atraído pelas altas taxas reais no país, que chegaram a 9,16%. Essa valorização contribuiu para um arrefecimento parcial da inflação, mas também impactou negativamente os ativos internacionais sem proteção cambial, como o índice Global BDRX, que registrou queda de -7,39% no período.

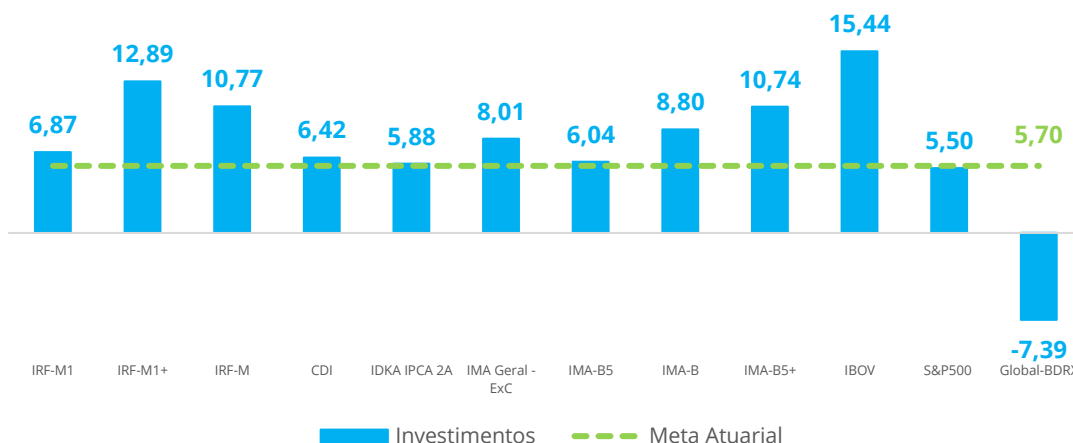
No cenário internacional, os Estados Unidos mantiveram a taxa básica de juros no intervalo entre 4,25% e 4,50%, diante de uma inflação ainda resiliente e da adoção de políticas comerciais mais restritivas pelo novo governo Trump, incluindo tarifas elevadas sobre produtos do México, Canadá e China. O FOMC revisou para baixo a expectativa de crescimento do PIB americano para 1,4% em 2025, refletindo as condições financeiras mais restritivas e as tensões no comércio global.

A bolsa brasileira apresentou desempenho positivo, com o Ibovespa subindo 15,44% no semestre, impulsionado pelos resultados sólidos das companhias listadas, especialmente empresas consolidadas e distribuidoras de dividendos, como evidenciado pelo desempenho do IDIV. Por outro lado, o índice de small caps (SMLL) apresentou desempenho inferior, refletindo maior sensibilidade das empresas de menor capitalização ao cenário de juros elevados e percepção de risco doméstico.

Em resumo, o primeiro semestre de 2025 foi marcado por um cenário de alta volatilidade e incertezas fiscais, mas também por oportunidades pontuais para investidores. A valorização do real, a manutenção da Selic elevada, o aquecimento da atividade econômica e o desempenho positivo da bolsa foram os principais destaques, enquanto o risco fiscal, a

inflação elevada e as tensões internacionais permanecem como pontos de atenção para o restante do ano.

## Rentabilidades - 1º Semestre de 2025



Fonte: ComDinheiro e UNO.

### 1.3. REGULAMENTAÇÃO UTILIZADA

A Gestão de Investimentos do IPC é conduzida em conformidade com a legislação que rege as aplicações dos recursos financeiros no âmbito dos Regimes Próprios de Previdência Social, destacada a seguir:

- I. Resolução do Conselho Monetário Nacional - CNM nº 4.963/2021, que dispõe sobre as aplicações dos recursos dos regimes próprios de previdência social instituídos pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios;
- II. Portaria nº 1.467 de 06 de junho de 2022, do Ministério do Trabalho e Previdência, que disciplina os parâmetros e as diretrizes gerais para organização e funcionamento dos regimes próprios de previdência social dos servidores públicos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, em cumprimento à Lei nº 9.717, de 1998, a Lei nº 10.887, de 2004 e à Emenda Constitucional nº 103, de 2019;
- III. Política Anual de Investimentos do exercício de 2025.

## 2. DA CARTEIRA DE INVESTIMENTOS

A carteira de investimentos do IPC é conduzida de forma diligente e cautelosa, considerando o ambiente macroeconômico desafiador do primeiro semestre de 2025, marcado por juros elevados, valorização do real frente ao dólar, pressões inflacionárias persistentes e incertezas fiscais e geopolíticas. Nesse contexto, a estratégia de alocação prioriza a mitigação de riscos e a preservação do equilíbrio atuarial no longo prazo, em conformidade com a Resolução CMN nº 4.963/2021.

O patrimônio totalizou R\$ 659,85 milhões, com predominância de ativos de renda fixa soberana. A alocação em títulos públicos adquiridos diretamente representa 53,72% da carteira (art. 7º, I, “a”), enquanto os fundos referenciados em títulos públicos (art. 7º, I, “b”) respondem por 17,08%, distribuídos entre estratégias atreladas ao IRF-M, IRF-M 1, fundos vértices e CDI. Somadas, essas posições alcançam mais de 70% do portfólio, assegurando previsibilidade de retorno em linha com o atual patamar da taxa Selic e segurança no que se refere ao risco de crédito, uma vez que os ativos são emitidos pelo Tesouro Nacional.

Os fundos de renda fixa de gestão geral enquadrados no art. 7º, III, “a” representam 9,50% do patrimônio, reforçando a liquidez e a estabilidade da carteira, além do alinhamento de retorno com o patamar de juros, uma vez que majoritariamente, são fundos que investem em ativos com remuneração atrelada ao CDI.

A renda variável doméstica corresponde a 6,56% (art. 8º, I), distribuída em fundos com exposição ao Ibovespa, IDIV e SMLL. Essa parcela, embora sujeita à volatilidade, acompanhou a valorização de 15,44% do Ibovespa no semestre, refletindo os resultados positivos das companhias listadas.

Os investimentos no exterior totalizam 6,31% da carteira, sendo 2,31% em fundos de ações globais (art. 9º, II) e 4,00% em BDRs (art. 9º, III). O desempenho dos BDRs foi afetado pela desvalorização do dólar frente ao real, o que reduziu retornos em reais, embora a diversificação geográfica siga cumprindo papel estratégico.

Os fundos multimercados respondem por 6,58% (art. 10, I), com alocações que combinam estratégias locais e internacionais, parte delas vinculadas ao S&P 500. Por fim, 0,24% estão alocados em fundos imobiliários (art. 11), que complementam a diversificação.

Essa estrutura evidencia uma carteira majoritariamente conservadora, concentrada em títulos públicos e ativos de renda fixa, mas com exposição balanceada a renda variável, multimercados e ativos externos. Tal composição reflete adequação ao cenário vigente: o fechamento da curva de juros e a valorização da renda variável doméstica sustentaram ganhos relevantes, ao passo que a cautela em ativos de maior risco protegeu o patrimônio frente à volatilidade externa e ao câmbio adverso. O posicionamento, portanto, mostra-se consistente com a meta de longo prazo, assegurando a entrega dos recursos garantidores dos benefícios previdenciários.

## 2.1. COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA

A Carteira de Investimentos do IPC em junho estava composta da seguinte forma, em consonância com as normas legais pertinentes e com a Política de Investimentos vigente:

| ATIVO                                               | SALDO R\$             | %              | 4963       |
|-----------------------------------------------------|-----------------------|----------------|------------|
| TÍTULOS PÚBLICOS                                    | 354.476.588,58        | 53,72%         | 7, I "a"   |
| BB IRF-M TP FI RF PREVID                            | 62.904.904,70         | 9,53%          | 7, I "b"   |
| BANESTES IRF-M 1 TP FI RF                           | 28.706.067,59         | 4,35%          | 7, I "b"   |
| CAIXA BRASIL 2030 II TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA | 9.484.879,10          | 1,44%          | 7, I "b"   |
| CAIXA BRASIL IRF-M TP FI RF                         | 6.884.149,64          | 1,04%          | 7, I "b"   |
| BANESTES INVESTIMENTO PUBLICO AUTOMÁTICO FI RF      | 4.735.563,01          | 0,72%          | 7, I "b"   |
| BANESTES LIQUIDEZ FI RENDA FIXA REFERENCIADO DI     | 34.479.106,40         | 5,23%          | 7, III "a" |
| BANESTES ESTRATÉGIA FIC RENDA FIXA                  | 19.393.396,11         | 2,94%          | 7, III "a" |
| MAG CASH FI RF LP                                   | 4.718.852,56          | 0,72%          | 7, III "a" |
| BB PERFIL FIC RF REF DI PREVIDENC                   | 4.127.536,71          | 0,63%          | 7, III "a" |
| CAIXA BRASIL AÇÕES LIVRE QUANTITATIVO FIC AÇÕES     | 19.086.749,95         | 2,89%          | 8, I       |
| BB AÇÕES ALOCAÇÃO FI AÇÕES PREVID                   | 7.959.871,00          | 1,21%          | 8, I       |
| PLURAL DIVIDENDOS FIA                               | 4.310.915,78          | 0,65%          | 8, I       |
| SAFRA MULTIDIVIDENDOS PB FIC DE FI EM AÇÕES         | 3.687.289,59          | 0,56%          | 8, I       |
| QLZ MOS FIA                                         | 3.679.434,87          | 0,56%          | 8, I       |
| CAIXA EXPERT VINCI VALOR DIVIDENDOS RPPS FIC AÇÕES  | 2.223.845,47          | 0,34%          | 8, I       |
| AZ QUEST SMALL MID CAPS FIC AÇÕES                   | 1.393.388,82          | 0,21%          | 8, I       |
| BANESTES DIVIDENDOS FIC DE FIA                      | 914.299,11            | 0,14%          | 8, I       |
| BB NORDEA GLOBAL CLIMATE AND ENV IE FI AÇÕES        | 6.569.299,77          | 1,00%          | 9, II      |
| GENIAL MS US GROWTH IE FIC AÇÕES                    | 2.891.579,77          | 0,44%          | 9, II      |
| GENIAL MS GLOBAL BRANDS IE FIC AÇÕES                | 2.151.377,90          | 0,33%          | 9, II      |
| SCHRODER SUSTENT AÇÕES GLOBAIS IE FIC AÇÕES         | 2.050.415,37          | 0,31%          | 9, II      |
| BB SCHRODER IE FI MULTIMERCADO                      | 1.598.474,37          | 0,24%          | 9, II      |
| CAIXA INSTITUCIONAL BDR NÍVEL I FI AÇÕES            | 26.396.345,29         | 4,00%          | 9, III     |
| RIO BRAVO PROTEÇÃO DINÂMICO FI MULT - RL            | 12.498.688,36         | 1,89%          | 10, I      |
| CAIXA BRASIL ESTRATÉGIA LIVRE FIC MULTIMERCADO LP   | 11.750.908,09         | 1,78%          | 10, I      |
| ICATU VANG IGARATE LONG BIASED FIM                  | 10.164.571,88         | 1,54%          | 10, I      |
| CAIXA BOLSA AMERICANA FI MULTIMERCADO LP            | 9.017.822,12          | 1,37%          | 10, I      |
| CAIXA RIO BRAVO FUNDO DE FUNDOS FII                 | 1.597.500,00          | 0,24%          | 11         |
| <b>TOTAL</b>                                        | <b>659.853.821,91</b> | <b>100,00%</b> | <b>-</b>   |

Fonte: UNO

Com relação ao enquadramento, a carteira de Investimentos do IPC possui a seguinte distribuição:

| ESTRATÉGIA DE ALOCAÇÃO -<br>POLÍTICA DE INVESTIMENTO 2025 |                                            |                         |                       |                    |                    |                    |
|-----------------------------------------------------------|--------------------------------------------|-------------------------|-----------------------|--------------------|--------------------|--------------------|
| Seg.                                                      | Tipo de Ativo                              | Saldo 30/06/25<br>(R\$) | Saldo 30/06/25<br>(%) | Limite<br>Inferior | Estratégia<br>Alvo | Limite<br>Superior |
| Renda<br>Fixa                                             | 7º I a - Títulos Públicos                  | 354.476.588,58          | 53,72%                | 40,00%             | 60,00%             | 80,00%             |
|                                                           | 7º I b - FI Renda Fixa Ref 100% títulos TN | 112.715.564,04          | 17,08%                | 5,00%              | 10,00%             | 50,00%             |
|                                                           | 7º III a - FI de Renda Fixa                | 62.718.891,78           | 9,50%                 | 0,00%              | 5,00%              | 40,00%             |
|                                                           | <b>Total Renda Fixa</b>                    | <b>529.911.044,40</b>   | <b>80,31%</b>         | <b>45,00%</b>      | <b>80,00%</b>      | <b>100,00%</b>     |
| Renda<br>Variável                                         | 8º I - FI em Ações                         | 43.255.794,59           | 6,56%                 | 2,00%              | 8,00%              | 20,00%             |
|                                                           | <b>Total Renda Variável</b>                | <b>43.255.794,59</b>    | <b>6,56%</b>          | <b>2,00%</b>       | <b>8,00%</b>       | <b>20,00%</b>      |
| Exterior                                                  | 9º II- Investimento no Exterior            | 15.261.147,18           | 2,31%                 | 0,00%              | 3,00%              | 10,00%             |
|                                                           | 9º III- Ações - BDR Nível I                | 26.396.345,29           | 4,00%                 | 0,00%              | 4,00%              | 10,00%             |
|                                                           | <b>Total de Exterior</b>                   | <b>41.657.492,47</b>    | <b>6,31%</b>          | <b>0,00</b>        | <b>7,00</b>        | <b>10,00</b>       |
| Estruturado                                               | 10 I- Multimercado                         | 43.431.990,45           | 6,58%                 | 0,00%              | 4,00%              | 15,00%             |
|                                                           | <b>Total de Estruturados</b>               | <b>43.431.990,45</b>    | <b>6,58%</b>          | <b>0,00%</b>       | <b>4,00%</b>       | <b>15,00%</b>      |
| Imobiliário                                               | Art. 11 - Fundos Imobiliários              | 1.597.500,00            | 0,24%                 | 0,00%              | 1,00%              | 4,00%              |
|                                                           | <b>Total de Imobiliário</b>                | <b>1.597.500,00</b>     | <b>0,24%</b>          | <b>0,00%</b>       | <b>1,00%</b>       | <b>4,00%</b>       |
| <b>Total PL</b>                                           |                                            | <b>659.853.821,91</b>   | <b>100,00</b>         | <b>47,00</b>       | <b>100,00</b>      | <b>100,00</b>      |

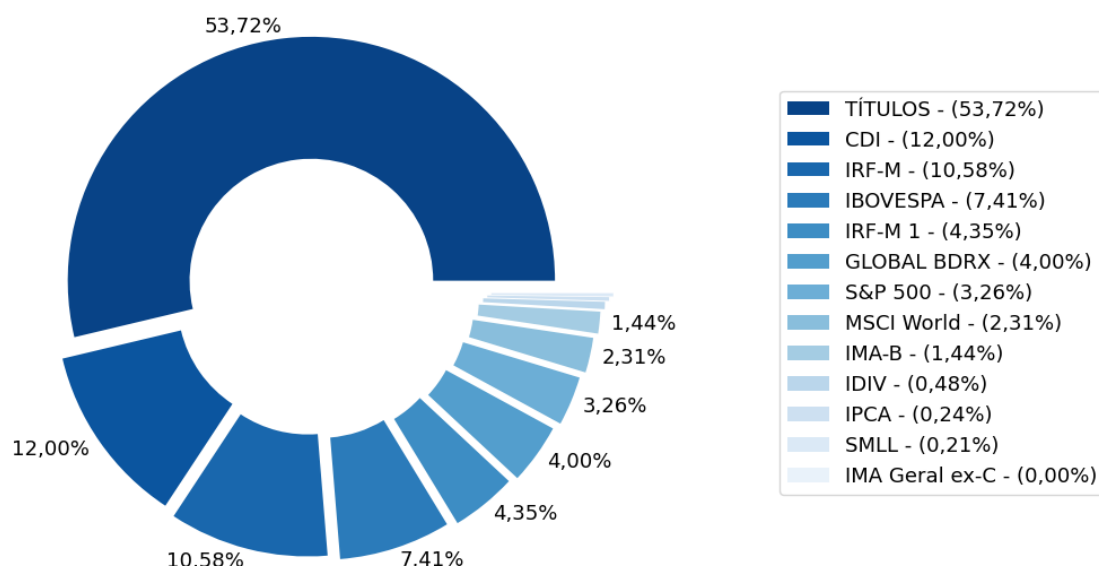
Fonte: UNO e Política de Investimentos 2025

Durante o primeiro semestre de 2025, a diversificação da carteira manteve-se em consonância com o cenário macroeconômico marcado por juros elevados e valorização da renda fixa. A exposição a Títulos públicos cresceu de 49,44% em janeiro para 53,72% em junho, refletindo o aproveitamento das taxas ainda em patamares superiores à meta atuarial. Paralelamente, a alocação em CDI se manteve estável em torno de 12%. Já no que tange os prefixados, o IRF-M se manteve próximo aos 10,5% ao longo do semestre e o IRF-M 1 também sem grandes alterações fechando o semestre em 4,35%. Esses índices fecharam o semestre somando 80,65%, indicando uma carteira com uma concentração mais conservadora, posição compatível com o ambiente de Selic elevada e equilibrando a liquidez entre títulos mais longos e ativos de médio e curto prazo. Além disso, um fundo de vértice com vencimento para 2030 representando 1,44%. Enquanto o IMA Geral ex-C, que havia iniciado o ano próximo de 3,12% e refletia a posição em fundos de renda fixa gestão ativa, foi totalmente zerado no fechamento de maio, evidenciando a opção por estratégias ainda mais

conservadoras.

Na renda variável doméstica, a exposição manteve-se estável, com o Ibovespa oscilando em torno de 7%. Os índices de dividendos (IDIV) e small caps (SMLL) também apresentaram estabilidade, mantendo-se ligeiras posições, oscilando em 0,40% e 0,20%, respectivamente.

No segmento internacional, a exposição também não houve mudanças significativas, com uma leve movimentação para bolsa americana sem hedge em dólar. O Global BDRX encerrou o semestre em 4,00%, enquanto o MSCI World fechou em 2,31%. Ademais, o RPPS mantém exposição ao segmento de estruturados, com estratégia alocada no exterior, caso dos fundos **CAIXA BOLSA AMERICANA FI MULTIMERCADO LP** (1,37%), que investe em ações de empresas americanas buscando superar o S&P 500 e o fundo de capital protegido, o **RIO BRAVO PROTEÇÃO DINÂMICO FI MULT - RL** (1,89%), que investe em uma cesta de ativos emitidos fora do país, mantendo a proteção do capital investido pelo cotista.



Fonte: UNO

| Distribuição por Benchmark (%) | Jan   | Fev   | Mar   | Abr   | Mai   | Jun   |
|--------------------------------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|
| TÍTULOS                        | 49,44 | 50,11 | 50,17 | 50,93 | 52,93 | 53,72 |
| CDI                            | 12,12 | 12,26 | 12,92 | 11,89 | 12,93 | 12,00 |
| IRF-M                          | 10,63 | 10,57 | 10,58 | 10,71 | 10,50 | 10,58 |
| IBOVESPA                       | 7,35  | 7,04  | 7,09  | 7,32  | 7,38  | 7,41  |
| IRF-M 1                        | 4,47  | 4,47  | 4,45  | 4,43  | 4,35  | 4,35  |
| GLOBAL BDRX                    | 4,50  | 4,33  | 3,87  | 3,82  | 3,98  | 4,00  |
| S&P 500                        | 2,36  | 2,33  | 2,24  | 2,20  | 2,23  | 3,26  |
| MSCI World                     | 2,59  | 2,47  | 2,25  | 2,24  | 2,36  | 2,31  |
| IMA-B                          | 1,51  | 1,45  | 1,46  | 1,47  | 1,44  | 1,44  |
| IDIV                           | 0,46  | 0,45  | 0,46  | 0,48  | 0,47  | 0,48  |
| IPCA                           | 1,24  | 1,21  | 1,22  | 1,23  | 1,20  | 0,24  |
| SMLL                           | 0,20  | 0,19  | 0,19  | 0,21  | 0,21  | 0,21  |
| IMA Geral ex-C                 | 3,12  | 3,11  | 3,09  | 3,09  | 0,00  | 0,00  |

Fonte: UNO

Foi realizada a abertura das carteiras dos fundos investidos, identificando onde, de fato, os recursos do IPC estão alocados e qual o real nível de risco incorrido por cada um. A partir da consulta de dados fornecidos pelo sistema Quantum Axis, foram consolidados todos os ativos investidos na tabela a seguir, com o objetivo de verificar onde os recursos estão investidos. A tabela apresenta as 20 maiores posições da carteira do IPC que, somadas, representam mais de 85% dos recursos investidos:

| Nome do Ativo                                      | Valor do Ativo<br>(mil R\$) | Participação<br>do Ativo |
|----------------------------------------------------|-----------------------------|--------------------------|
| Títulos Públicos (artigo 7ª Inciso I, alínea "a")  | 354.476,59                  | 53,72%                   |
| Operações Compromissadas - LFT - Venc.: 01/12/2030 | 35.733,71                   | 5,42%                    |
| LFT - Venc.: 01/03/2027                            | 15.898,52                   | 2,41%                    |
| Operações Compromissadas - LTN - Venc.: 01/04/2026 | 15.877,03                   | 2,41%                    |
| Cotas de Fundos (omitidas)                         | 15.472,77                   | 2,34%                    |
| LTN - Venc.: 01/07/2027                            | 14.083,43                   | 2,13%                    |
| LTN - Venc.: 01/07/2026                            | 13.763,22                   | 2,09%                    |
| Ações (omitidas)                                   | 11.179,69                   | 1,69%                    |
| NTN-B - Venc.: 15/08/2030                          | 9.585,54                    | 1,45%                    |
| Outros Valores a receber                           | 8.606,72                    | 1,30%                    |
| LTN - Venc.: 01/01/2026                            | 8.479,89                    | 1,29%                    |
| LFT - Venc.: 01/09/2027                            | 8.252,13                    | 1,25%                    |
| IE - NORDEA I - CLIMATE AND ENVIRONMENT EQUIT      | 6.278,82                    | 0,95%                    |
| LTN - Venc.: 01/10/2025                            | 6.026,45                    | 0,91%                    |
| LFT - Venc.: 01/03/2026                            | 5.728,70                    | 0,87%                    |
| LTN - Venc.: 01/07/2025                            | 5.242,55                    | 0,79%                    |
| LFT - Venc.: 01/09/2026                            | 4.936,33                    | 0,75%                    |
| LFT - Venc.: 01/12/2030                            | 4.927,02                    | 0,75%                    |
| NTN-F - Venc.: 01/01/2027                          | 4.829,80                    | 0,73%                    |
| LFT - Venc.: 01/03/2030                            | 4.353,31                    | 0,66%                    |

Fonte: Quantum Axis

\*Obs: Respaldados nas regras da Resolução CVM nº 175, vários fundos investidos pelo RPPS têm suas carteiras recentes omitidas, o que prejudica a consolidação das informações referentes ao fechamento de junho.

\*\*A posição em "Títulos Públicos / - - Não Informado" são NTN-Bs adquiridas de maneira direta pelo RPPS, conforme a tabela abaixo.

| Título     | Vencimento | Quantidade | Valor Compra  | Valor Atual           | % PL          | Taxa         |
|------------|------------|------------|---------------|-----------------------|---------------|--------------|
| NTN-B 2035 | 15/05/2035 | 22186      | 91.246.495,88 | 99.155.996,15         | 15,03%        | 6,29%        |
| NTN-B 2040 | 15/08/2040 | 18381      | 76.534.188,91 | 86.155.493,51         | 13,06%        | 5,88%        |
| NTN-B 2045 | 15/05/2045 | 18221      | 76.833.270,17 | 81.381.434,42         | 12,33%        | 6,18%        |
| NTN-B 2050 | 15/08/2050 | 14821      | 59.930.821,97 | 62.894.015,46         | 9,53%         | 6,74%        |
| NTN-B 2055 | 15/05/2055 | 1710       | 7.186.338,18  | 7.362.752,61          | 1,12%         | 6,46%        |
| NTN-B 2060 | 15/08/2060 | 4036       | 16.603.855,65 | 17.526.896,43         | 2,66%         | 6,49%        |
|            |            |            |               | <b>354.476.588,58</b> | <b>53,72%</b> | <b>6,26%</b> |

Fonte: UNO

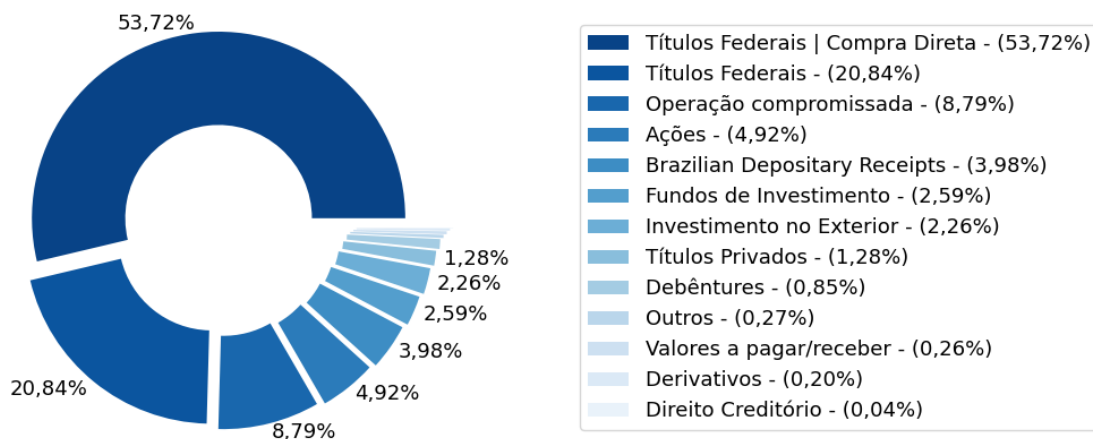
Na visão consolidada, 83,35% do patrimônio do IPC está vinculado a títulos públicos federais, dos quais 53,72% são posições diretas (NTN-B de diversos vencimentos), 20,84% via fundos e 8,79% através de operações compromissadas lastreadas nesses papéis, realizadas por

gestores de fundos de investimento, ou seja, se maneira indireta. Esse desenho ancora a carteira no risco soberano, alinhado a uma maior previsibilidade em linha com a meta atuarial.

A renda variável representa 4,92%, distribuída em fundos de ações com estratégias de Ibovespa, dividendos e small caps, além de posições cedidas em empréstimo. A diversificação internacional por BDRs soma 3,98% — com nomes de grande capitalização (ex.: NVDC34, MSFT34, AAPL34) — e é complementada por fundos offshore de ações globais em 2,26% (ex.: Nordea Climate & Environment, MS US Growth, Global Brands, Schroder Global Sustainability), proporcionando desconexão com mercado local.

Os fundos de investimento locais (não soberanos) perfazem 2,59%, sendo 2,34% em cotas omitidas e uma posição residual em **CXRI11**. Crédito privado corresponde a 1,28% do patrimônio; dentro desse bloco, debêntures correspondem a 0,85%, e há letras financeiras/CDB/NP residuais, sendo emissores bancários de baixo risco. Derivativos (0,20%) — swaps, opções e futuros (DI, índice e bolsa). Por fim, direitos creditórios existem na carteira, em uma posição marginal de 0,04%.

Em resumo, a carteira combina núcleo soberano robusto (83,35%) com camadas de diversificação em ações domésticas (4,92%), ativos globais (BDRs 3,98% + offshore 2,26%) e crédito privado (1,28%), configuração compatível com o ambiente de juros elevados, assegurando liquidez, estabilidade e aderência regulatória (Res. CMN nº 4.963/2021).



Fonte: Quantum Axis e UNO

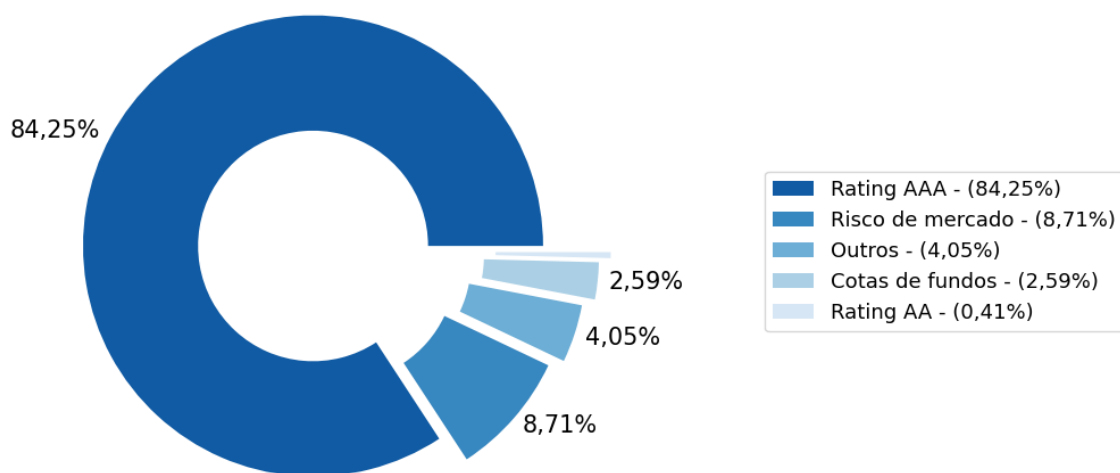
No que tange ao risco de crédito, a carteira consolidada do IPC mantém ativos com baixo risco de crédito sendo 84,25% dos recursos estão em ativos com rating AAA, majoritariamente títulos do Tesouro Nacional e operações compromissadas lastreadas nesses papéis, além de letras financeiras/CDB de emissores de elevado rating.

A parcela classificada como “risco de mercado” soma 8,71%, correspondente a ações e BDRs — exposição que não está sujeita a risco de crédito (ex.: PETR4, BBAS3, NVDC34, MSFT34, AAPL34).

Os fundos de investimento representam 2,59% do patrimônio; aqui, o risco de crédito

decorre dos ativos da carteira dos fundos (ex.: CXRI11 e fundos offshore/temáticos globais). Já 4,05% estão em “Outros” (disponibilidades, valores a pagar/receber, direitos creditórios e ajustes operacionais). Por fim, 0,41% encontram-se em ativos AA, notadamente letras financeiras e debêntures selecionadas).

Em síntese, o IPC preserva baixo risco de crédito ao concentrar recursos em risco soberano (AAA), mantendo grande parte em títulos públicos e crédito privado marginal e de alta qualidade, combinação adequada ao objetivo de estabilidade e proteção do patrimônio. Nesse contexto, a carteira encontra-se em conformidade com a Resolução CMN nº 4.963/2021, respeitando os princípios de segurança, liquidez.



Fonte: Quantum Axis

## 2.2. ACOMPANHAMENTO DE RENTABILIDADE

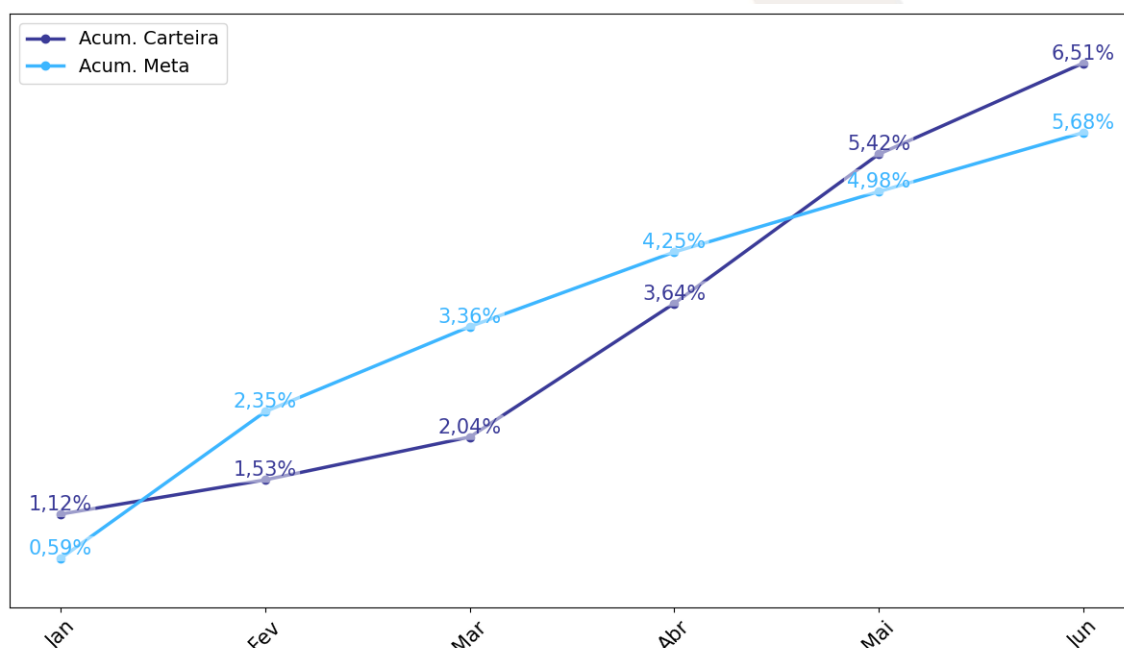
As tabelas a seguir apresentam os retornos mensais e acumulados ao longo do primeiro semestre de 2025, tanto em valores nominais (reais) quanto em percentual, juntamente com a meta atuarial nas mesmas bases. No período, o IPC registrou rentabilidade acumulada de 6,51%, frente a uma meta de 5,68%, alcançando um desempenho equivalente a 114,60% da meta atuarial.

O resultado foi impulsionado sobretudo pela alocação em títulos públicos federais e fundos atrelados ao CDI (6,42%), que superaram a meta no semestre em razão do elevado patamar da Selic. A renda fixa de médio e longo prazo também contribuiu positivamente: o IRF-M (10,77%) encerrou o semestre acima da meta atuarial de 5,70%, reforçando o desempenho agregado da carteira, ainda que sujeitos à maior volatilidade diante das oscilações na curva de juros.

A renda variável igualmente surpreendeu de forma positiva. O Ibovespa avançou 15,44% no semestre, refletindo resultados corporativos sólidos e melhora na percepção de risco doméstico, enquanto os mercados internacionais apresentaram maior dispersão: o S&P 500

acumulou alta de 5,50%, mas o Global BDRX recuou 7,39%, evidenciando o impacto da valorização do real frente ao dólar.

Em síntese, o desempenho consolidado do IPC no semestre resultou de uma combinação favorável entre a renda fixa pós e prefixada e a valorização do mercado acionário doméstico, assegurando ganho real superior à meta atuarial.



**Rentabilidade x Meta - Mensal (%)**

| Mês | Carteira mês | Meta mês | Acum. Carteira | Acum. Meta | Atingimento |
|-----|--------------|----------|----------------|------------|-------------|
| Jan | 1,12         | 0,59     | 1,12           | 0,59       | 189,06%     |
| Fev | 0,41         | 1,74     | 1,53           | 2,35       | 65,24%      |
| Mar | 0,50         | 0,99     | 2,04           | 3,36       | 60,75%      |
| Abr | 1,57         | 0,86     | 3,64           | 4,25       | 85,57%      |
| Mai | 1,72         | 0,69     | 5,42           | 4,98       | 108,98%     |
| Jun | 1,03         | 0,67     | 6,51           | 5,68       | 114,60%     |

Fonte: UNO

| PERÍODO                 | SALDO ANTERIOR R\$ | SALDO FINAL R\$ | RENT. (R\$)          | RENT. (%)   | META (%)                 |
|-------------------------|--------------------|-----------------|----------------------|-------------|--------------------------|
| <b>1º semestre 2025</b> |                    |                 |                      |             | <b>IPCA + 5,32% A.A.</b> |
| Janeiro                 | 597.457.870,24     | 608.460.563,63  | 6.669.511,38         | 1,12        | 0,59                     |
| Fevereiro               | 608.460.563,63     | 615.474.301,36  | 2.257.719,88         | 0,41        | 1,74                     |
| Março                   | 615.474.301,36     | 623.215.588,65  | 3.388.441,03         | 0,50        | 0,99                     |
| Abril                   | 623.215.588,65     | 634.179.048,17  | 9.688.210,82         | 1,57        | 0,86                     |
| Maio                    | 634.179.048,17     | 652.976.733,21  | 10.697.658,38        | 1,72        | 0,69                     |
| Junho                   | 652.976.733,21     | 659.855.651,95  | 6.927.904,65         | 1,03        | 0,67                     |
| <b>Total</b>            | -                  | -               | <b>39.629.446,14</b> | <b>6,51</b> | <b>5,68</b>              |

Fonte: UNO

### 3. ANÁLISE DAS INSTITUIÇÕES

#### 3.1. VOLUME DE RECURSOS SOB ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO

Conforme descrito anteriormente, o volume de recursos sob gestão e administração das instituições é um dos critérios a serem analisados para evitar o risco de concentração.

Visando reduzir esse risco, o art. 20 da Resolução CMN nº 4.963/2021 impõe alguns limites sobre os valores investidos por um RPPS em relação ao total de recursos de terceiros geridos por uma mesma instituição ou grupo econômico:

*Art. 20. O total das aplicações dos recursos do regime próprio de previdência social em fundos de investimento e carteiras administradas não pode exceder a 5% (cinco por cento) do volume total de recursos de terceiros gerido por um mesmo gestor ou por gestoras ligadas ao seu respectivo grupo econômicas, assim definidas pela CVM em regulamentação específica.*

O IPC atende ao ponto supracitado, conforme pode ser verificado na tabela a seguir:

| Gestor                                        | Valor (R\$)   | % s/ PL IPC | % s/ PL gerido (art. 20) |
|-----------------------------------------------|---------------|-------------|--------------------------|
| BANESTES DTVM SA                              | 88.228.432,22 | 13,37%      | 0,94%                    |
| CAIXA DTVM                                    | 84.844.699,66 | 12,86%      | 0,02%                    |
| BB GESTAO DE RECURSOS DTVM S.A                | 83.160.086,55 | 12,60%      | 0,00%                    |
| RIO BRAVO INVESTIMENTOS LTDA                  | 14.096.188,36 | 2,14%       | 0,14%                    |
| ICATU VANGUARDA GESTÃO DE RECURSOS LTDA       | 10.164.571,88 | 1,54%       | 0,02%                    |
| PLURAL INVESTIMENTOS GESTÃO DE RECURSOS LTDA. | 9.353.873,45  | 1,42%       | 0,01%                    |
| MONGERAL AEGON INVESTIMENTOS LTDA             | 4.718.852,56  | 0,72%       | 0,03%                    |
| BANCO J. SAFRA S.A.                           | 3.687.289,59  | 0,56%       | 0,00%                    |
| MOS GESTÃO DE INVESTIMENTOS LTDA              | 3.679.434,87  | 0,56%       | 1,59%                    |
| SCHRODER INVESTMENT MANAGEMENT BRASIL LTDA.   | 2.050.415,37  | 0,31%       | 0,01%                    |
| AZ QUEST INVESTIMENTOS LTDA.                  | 1.393.388,82  | 0,21%       | 0,00%                    |

Já no inciso II do §2º do art. 21, a Resolução CMN nº 4.963/2021 também limita os percentuais de aplicação dos RPPS em geral em relação ao total de recursos sob administração:

*II - o administrador do fundo de investimento detenha, no máximo, 50% (cinquenta por cento) dos recursos sob sua administração oriundos de regimes próprios de previdência social;*

Já com relação aos administradores, a distribuição se dá da seguinte forma:

| Administrador                  | Recursos oriundos de RPPS (R\$ milhões) | Volume de recursos de terceiros (R\$ milhões) | % do segmento de RPPS sob o total da administração de terceiros |
|--------------------------------|-----------------------------------------|-----------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------|
| BANESTES DTVM SA               | 1.459,87                                | 8.804,47                                      | 16,58%                                                          |
| CAIXA ECONOMICA FEDERAL        | 77.272,15                               | 673.422,38                                    | 11,47%                                                          |
| BB GESTAO DE RECURSOS DTVM S.A | 93.505,05                               | 1.749.935,36                                  | 5,34%                                                           |
| BEM - DTVM                     | 5.899,08                                | 411.097,20                                    | 1,43%                                                           |
| BTG PACTUAL DTVM               | 7.786,90                                | 778.572,02                                    | 1,00%                                                           |
| BANCO BNP PARIBAS BRASIL S/A   | 1.110,57                                | 96.864,35                                     | 1,15%                                                           |
| SAFRA SERV DE ADM FIDUCIÁRIA   | 2.133,63                                | 145.935,86                                    | 1,46%                                                           |
| INTRAG DTVM LTDA.              | 949,26                                  | 469.062,34                                    | 0,20%                                                           |

Nas tabelas acima foram detalhados os valores de investimentos do IPC e dos RPPS, relacionando-os com os valores totais de recursos sob gestão e administração das instituições. Os dados da indústria de RPPS e do valor total gerido e administrado pelas instituições foram coletados dos Rankings da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA. Esses rankings são atualizados mensalmente e podem ser acessados a partir do link: [Rankings AMBIMA](#).

### 3.2. QUALIDADE DE GESTÃO E RATINGS

O inciso III do § 2º do art. 21 da Resolução CMN nº 4.963/2021 se refere à boa qualidade de gestão e de ambiente de controle de investimento dos administradores e gestores dos fundos de investimento que recebem recursos dos RPPS.

*III - o gestor e o administrador do fundo de investimento tenham sido objeto de prévio credenciamento, de que trata o inciso VI do § 1º do art. 1º, e sejam considerados pelos responsáveis pela gestão de recursos do regime próprio de previdência social como de boa qualidade de gestão e de ambiente de controle de investimento.*

Como forma de verificar a qualidade da gestão das instituições presentes em carteira, utilizamos os relatórios de rating de qualidade de gestão no processo de credenciamento das instituições, elaborados por agências credenciadas junto à CVM. As instituições que realizam a gestão dos fundos de investimento presentes na carteira do IPC atendem ao inciso III supracitado.

| INSTITUIÇÃO                                               | Agência    | Nota                 | Escala    | Data    |
|-----------------------------------------------------------|------------|----------------------|-----------|---------|
| CAIXA DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A. | Moody's    | MQ1.br               | Excelente | 04/2025 |
| BANESTES DTVM SA                                          | Moody's    | MQ3.br               | Boa       | 10/2024 |
| BB GESTAO DE RECURSOS DTVM S.A                            | Moody's    | MQ1.br               | Excelente | 07/2024 |
| RIO BRAVO INVESTIMENTOS LTDA                              | S&P Global | AMP-2                | Forte     | 11/2023 |
| ICATU VANGUARDA GESTÃO DE RECURSOS LTDA                   | Moody's    | MQ1.br               | Excelente | 02/2025 |
| PLURAL INVESTIMENTOS GESTÃO DE RECURSOS LTDA.             | Fitch      | -                    | Excelente | 04/2025 |
| BANCO J. SAFRA S.A.                                       | Moody's    | MQ1.br               | Excelente | 12/2024 |
| MOS GESTÃO DE INVESTIMENTOS LTDA                          | Moody's    | MQ3.br               | Boa       | 03/2025 |
| SCHRODER INVESTMENT MANAGEMENT BRASIL LTDA.               | Fitch      | IMQR-<br>'Excellent' | Excelente | 07/2025 |
| AZ QUEST INVESTIMENTOS LTDA.                              | Moody's    | MQ1.br               | Excelente | 08/2024 |

## 4. ANÁLISE DOS RISCOS

### 4.1. RISCO DE MERCADO

Através do sistema UNO, o IPC mantém acompanhamento mensal de indicadores como volatilidade, VaR, Treynor, Sharpe e Drawdown dos fundos investidos e da carteira consolidada, além do acompanhamento da rentabilidade histórica dos fundos, comparando-os com seus respectivos *benchmarks*, a fim de mensurar qualquer distorção do fundo com o mercado no qual atua.

### 4.2. RISCO DE LIQUIDEZ

A alocação em títulos públicos encerrou o semestre em 53,72%, em linha com as diretrizes do ALM 2025, ou seja, os títulos possuem prazos compatibilizados com o fluxo de pagamentos do passivo atuarial, assegurando a manutenção dos investimentos até o vencimento, sem riscos de liquidez. Além disso, 20,66% da carteira está alocada em fundos com resgate imediato (D+0 e D+1), garantindo flexibilidade para movimentações de curto prazo, enquanto as aplicações com vencimento de até D+32 somam 25,62%. Por fim, há uma posição marginal de 0,24% no CAIXA RIO BRAVO FUNDO DE FUNDOS FII, classificado como "VR (vide regulamento)", cuja natureza de fundo fechado limita a liquidez ao vencimento ou à negociação em mercado secundário, assim para ter saída desse investimento o cotista precisa efetivar a venda das cotas na bolsa de valores e nesse caso os recursos entram em conta dentro do intervalo de dois dias.

Em síntese, a carteira não apresenta risco de liquidez, mantendo sólida aderência às diretrizes do ALM e equilibrando disponibilidade imediata com capacidade de honrar os pagamentos de benefícios futuros.

| Distribuição por Liquidez (%) | Jan   | Fev   | Mar   | Abr   | Mai   | Jun   |
|-------------------------------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|
| <b>TÍTULOS</b>                | 49,44 | 50,11 | 50,17 | 50,93 | 52,93 | 53,72 |
| <b>D+1</b>                    | 10,99 | 10,91 | 10,83 | 10,91 | 11,49 | 11,61 |
| <b>D+3</b>                    | 11,54 | 11,24 | 10,23 | 10,20 | 10,28 | 9,36  |
| <b>D+0</b>                    | 12,37 | 12,46 | 13,68 | 12,71 | 9,98  | 9,05  |
| <b>D+2</b>                    | 5,43  | 5,41  | 5,42  | 5,40  | 5,31  | 6,24  |
| <b>D+15</b>                   | 4,57  | 4,43  | 4,43  | 4,56  | 4,64  | 4,67  |
| <b>D+32</b>                   | 1,93  | 1,89  | 1,90  | 1,89  | 1,87  | 1,88  |
| <b>D+5</b>                    | 1,37  | 1,32  | 1,23  | 1,22  | 1,26  | 1,24  |
| <b>D+6</b>                    | 1,00  | 0,94  | 0,85  | 0,85  | 0,92  | 0,90  |
| <b>D+10</b>                   | 0,52  | 0,49  | 0,51  | 0,56  | 0,55  | 0,56  |
| <b>D+4</b>                    | 0,36  | 0,34  | 0,31  | 0,31  | 0,32  | 0,31  |
| <b>VR</b>                     | 0,28  | 0,27  | 0,25  | 0,25  | 0,24  | 0,24  |
| <b>D+29</b>                   | 0,20  | 0,19  | 0,19  | 0,21  | 0,21  | 0,21  |

#### 4.3. RISCO DE SOLVÊNCIA

O estudo de ALM na análise de solvência simulando 1.000 cenários em cada ano projetado do plano, demonstrou que, mesmo na carteira mais conservadora, a razão de solvência se manteve em 99,87% dos casos acima de 1, patamar que assegura o cumprimento das obrigações. Os resultados reforçam essa consistência: a frequência da razão de solvência acima de 1 permaneceu em torno ou acima de 100% dos cenários em todas as carteiras. A média da razão variou entre as carteiras da fronteira de 2,33 a 3,35, revelando margem estrutural do plano de ativos frente aos passivos. O quantil de 5%, que expressa o menor nível de solvência observado em 95% dos cenários, também superou 1 em todas as alternativas, indicando baixa probabilidade de desequilíbrio mesmo em condições adversas. Em termos de rentabilidade, todas as carteiras superaram tanto a taxa de equilíbrio encontrada pela otimização (IPCA + 5,18%) quanto a meta atuarial do IPC (IPCA + 5,32%). Esse desempenho evidencia que, independentemente do perfil de risco, as alternativas analisadas asseguram ampla margem para preservação da solvência no longo prazo.

Assim, o estudo confirma que o plano apresenta baixo risco de insolvência e que as estratégias avaliadas são capazes de sustentar o equilíbrio financeiro diante dos cenários projetados.

#### 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

No primeiro semestre de 2025, temos que a carteira do IPC manteve sua estratégia de concentração em títulos públicos federais, priorizando ativos de baixo risco de crédito e elevada previsibilidade de retorno. Esse posicionamento permitiu superar a meta atuarial no período, com destaque para a contribuição positiva dos fundos atrelados ao CDI e dos títulos de renda fixa de médio e longo prazo, além do desempenho expressivo do mercado acionário doméstico.



A diversificação em ativos de maior risco, como renda variável e investimentos no exterior, foi mantida em níveis controlados, de forma a equilibrar a busca por retornos adicionais com a preservação da segurança da carteira. Ainda que esses segmentos tenham apresentado volatilidade, o impacto no resultado consolidado foi compensado pela robustez da renda fixa e pela valorização do Ibovespa.

Com base na análise realizada, atestamos que os ativos que compõem a carteira do IPC estão adequados ao perfil do regime e não apresentam riscos incompatíveis com os objetivos estabelecidos. A estratégia adotada segue em conformidade com a Resolução CMN nº 4.963/2021 e demonstrou capacidade de gerar retornos consistentes em linha com a meta atuarial, preservando a solidez e a sustentabilidade de longo prazo do plano.

A handwritten signature in blue ink, appearing to read "V. Leitão".

**Vitor Leitão**  
**Responsável técnico**